

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 154/X — “GARANTIR A
SUSTENTABILIDADE E OS RENDIMENTOS DA PESCA”.

PONTA DELGADA
MARÇO DE 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	753 Proc. n.º 109
Data: 06/03/11	N.º 154/X



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 9 de março de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 154/X — “Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca”.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O Projeto de Resolução ora em apreciação, cujo teor resulta da proposta de substituição integral datada de 17 de fevereiro de 2016, foi apresentado ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.



2º. CAPÍTULO - APRECIACÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente Projeto de Resolução pretende, em concreto, “recomendar ao Governo Regional que:

1- Defina e implemente, em articulação com a Universidade dos Açores e com o setor, um plano de salvaguarda para as principais espécies demersais costeiras dos Açores, que procure a sua sustentabilidade e simultaneamente assegure os rendimentos da pesca.

2- Defina e acione os mecanismos adequados para compensar os pescadores pelas perdas de rendimentos derivadas do período de defeso que vigora na Região para a pesca do goraz.”

As pretensões acima elencadas decorrem, segundo o proponente, do seguinte quadro:

- “Os problemas relacionados com a sustentabilidade dos recursos piscícolas na Região são cada vez mais notórios e preocupantes.”

- “[...] os problemas de sustentabilidade colocam-se com maior ênfase ao nível das principais espécies demersais costeiras com grande relevância no rendimentos da fileira da pesca [...]”

- “Tem sido com o goraz que estes problemas têm adquirido maior visibilidade e pertinência nos últimos tempos.”

- O período de defeso estabelecido pelo Governo “[...] impõe, no imediato, mais um corte no rendimento dos profissionais de pesca.”

- “[...] não é possível nem justo pedir ou impor aos nossos pescadores mais cortes nos seus já diminutos rendimentos.”

Assim, conclui-se estar “[...] perante um problema económico, social e ambiental de grande dimensão e profundidade que afeta o setor das pescas nos Açores, cuja solução é complexa mas que importa reconhecer e agir com urgência.”



A Comissão Permanente de Economia deliberou, sobre esta matéria, proceder à audição da Cooperativa Porto de Abrigo, a Federação das Pescas dos Açores, o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia e o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

No dia 9 de março de 2016 a Comissão ouviu o Presidente da Cooperativa Porto de Abrigo, Liberato Fernandes.

O Deputado Luís Garcia começou por afirmar que os objetivos do projeto em análise se prendiam com os baixos rendimentos dos profissionais da pesca e a sustentabilidade dos recursos, preocupações que chegaram aos diversos partidos apontadas pelas associações e a própria Universidade.

O Presidente da Cooperativa agradeceu convite formulado e considerou que proposta vinha no sentido do que a Porto de Abrigo pedia na exposição que fez à Assembleia, juntamente com duas associações sindicais: compensar pela perda de rendimentos dos pescadores com a proibição da pesca do goraz, lembrando que era impossível a reorientação do tipo de pesca para outras espécies.

Referiu ainda que em São Miguel o rácio era de 6 a 7 pescadores por barco, ao contrário de outras ilhas, o que fazia com que nesta ilha os rendimentos reais de muitos pescadores foram abaixo dos 80 euros.

Por sua vez afirmou que a redução da frota trouxe aumento do número de dependentes por barco, agravada pela crise na construção civil, que trouxe de volta à pesca muitas pessoas reduzindo assim o rendimento por pescador, pelo que se tornava necessário dar uma resposta a esta crise social, razão pela qual considerava esta proposta muito positiva.

O Deputado Luís Garcia perguntou qual foi o impacto do período de defeso nos pescadores, e se a Porto de Abrigo apresentava algumas dúvidas desta medida para a sustentabilidade da espécie em causa.

Perguntou ainda qual o tipo de mecanismo de compensação seria mais adequado para a Porto de Abrigo, em que moldes poderia ser definido e que, perante sinais preocupantes da sustentabilidade do setor, porque não foram implementadas medidas mais cedo.

O Presidente da Cooperativa afirmou que a questão da proibição da pesca do goraz era importante e no decorrer das intervenções públicas de vários representantes das pescas foi denunciada uma quota muito baixa e que esta paragem podia contribuir para evitar que a quota seja esgotada ao



meio do ano, como o valor pico do goraz na pascoa e natal, quota se for esgotada em agosto e setembro, a proibição faz com que nesses 3 meses possam existir mais-valias.

Referiu que a sustentabilidade era importante e que os investigadores tinham proposto, ao longo de muitos anos, que as capturas fossem geridas de forma cautelar, esforço de pesca menor nos primeiros 3 meses de ano, para resguardar quota para o fim do ano, altura em que se verificam os picos de valorização.

Defendeu que a proibição não deveria contemplar apenas o goraz, mas mais 12 espécies, nomeadamente o cherne, o boca negra, o congro, entre outros, e era nesse sentido que iam as propostas dos primeiros estudos de 94 e 99.

Ainda acerca do goraz, referiu que a partir do ano de 2010 com a quota em 1116 toneladas, a Região registou 660 toneladas descarregadas da RAA, reduzindo-se a quotas para 1004, pescado 660, 904, 678, 607, explicando que essa redução não tinha sido por se ter esgotado quota, mas porque apareciam evidencias de problemas com a espécie, não fazendo sentido reivindicar mais quota se não conseguíamos atingir esses valores, o que indicava a existência de problemas de sustentabilidade.

Relativamente aos mecanismos de apoio, informou que já se tinha realizado dois plenários com duas dezenas de pescadores proprietários de embarcações, que indicaram, primeiro, o Fundopesca, ou através de fundos da segurança social.

Explicou que a partir do ano de 2017 até 2020 era possível desencadear outros mecanismos de apoio nas paragens de pesca através do FEAMP.

A Deputada Graça Silveira questionou porque não atingíamos metade da captura de goraz permitida. Referiu como preocupante o facto das embarcações da pesca do goraz com palangre estarem paradas e não pescarem o imperador enquanto no continente continuavam a pescar e a consumir a quota.

Lembrou que as pequenas embarcações que pescavam junto à costa, e com linha de mão delapidavam a quota por pescarem essencialmente gorazes fêmeas em desova.

Perguntou quais as espécies que ainda não eram capturadas e que podiam ser valorizadas.



O Presidente da Cooperativa afirmou que a captura média desde 2010 para a frente andou à volta de 40% da quota, lembrando que entre 2000 e 2006 a captura media anual tinha sido de 1100 toneladas. Acrescentou que agora as capturas andavam entre as 660 toneladas e as 701 toneladas

Segundo o Dirigente a pesca à linha em conjugação com toda a tecnologia existente nos pequenos barcos era mais eficaz do que o palangre por isso víamos que os pequenos barcos tinham quotas mais elevadas que palangreiros,

Sobre as espécies que podiam ser valorizadas em alternativa às atuais, nomeou o peixe-espada preto lembrando que apenas 6 ou 7 embarcações podiam esgotar a quota dos Açores e que por isso a sua Cooperativa era contra a vinda dos barcos da Madeira, a não ser que as suas capturas descontassem na quota madeirense.

O Deputado José Ávila afirmou que a diminuição das capturas era bem visível, não podendo ser ignorada, mas lembrou que ao longo dos últimos 22 anos eram registadas variações cíclicas, onde os maus anos coincidem com os anos de baixas capturas dos pelágicos, abaixo das 10 mil toneladas.

Perguntou se tinha achado o corte da quota do goraz exagerado, porquanto as associações diziam que existia uma recuperação da espécie, tendo, inclusivamente, o ano 2015, sido o melhor dos últimos 5 anos, o que contradizia um pouco a redução drástica da quota.

Perguntou também se o facto de se reconhecer um problema numa determinada espécie não podia condicionar a atribuição de quotas que serão decididas em novembro do corrente ano.

O Dirigente começou por referir que a análise das descargas de atuns não devia ser analisada conjuntamente com os demersais e confirmou que os ciclos de abundancia e os de carência sempre alternaram.

A Deputada Zuraida Soares começou por dizer que não era excessivo dizer que os pescadores dos Açores enfrentavam uma tempestade perfeita, nomeadamente as perdas de rendimento do goraz, o mau tempo durante este inverno e a escassez de recursos de outras espécies.

Relativamente ao tempo, a Deputada referiu não haver previsibilidade, mas relativamente aos recursos disponíveis afirmou que estes eram mais previsíveis e era nesse sentido que as associações e Universidade dos Açores, vinham há 15 anos a esta parte a apresentar propostas, chamadas de atenção e sugestões para uma política de pescas mais ponderada, que, segundo parecia, não tinha tido recetividade do Governo. Perguntou quais eram as medidas que o GRA tinha acatado e que mecanismos tinha desencadeado para que chegassem apoios à pesca.



O Dirigente começou por referir que seria necessário planear uma gestão que repusesse um conjunto de espécies demersais, mais ou menos afetadas e que esse plano fosse abrangente e envolvesse todo o esforço de pesca, incluindo a caça submarina, que, por si só, eram mais de 3000, queixando-se de não existir quantificação desse esforço.

Acrescentou que seria necessária uma reforma profunda na pesca, com uma diminuição de custos de exploração por embarcação e aproximar a produção do consumidor final.

O Deputado Luís Garcia perguntou se falar sobre este assunto tinha implicações com o futuro, nomeadamente com a distribuição das quotas.

O Dirigente Associativo afirmou que de cerca de uma dezena de espécies só três estavam abrangidas por quotas e que ia apresentar um modelo precaucionado ao conjunto de espécies.

Considerou que através do FEAMP no horizonte 20/20, era possível atingir apoios para a interrupção da atividade com financiamento integral da União Europeia, que assumia 6 meses se fosse realizado uma proposta concertada, senão seriam 3 meses.

Acrescentou que a Região tinha a possibilidade de optar por esta solução sem de que daí resultasse prejuízo e que esta solução seria melhor do deixar colapsar os recursos. Defendeu igualmente que se deveria privilegiar a integração dos pescadores nas novas áreas na economia do mar.

No dia 9 de março de 2016 a Comissão ouviu o Presidente da Federação de Pescas dos Açores, Gualberto Rita.

O Presidente da Federação começou por dizer que a sustentabilidade merecia um aprofundar destas preocupações.

Afirmou que o documento apresentado pela Porto de Abrigo não tinha sido aceite por 10 das 11 associações que constituem Federação, com a justificação que não estavam reunidas as condições para executar o previsto na proposta, lembrando que era necessária alguma prudência na aplicação de novas medidas, muito embora reconhecesse que algumas já tinham sido tomadas com bastante rigor.

Referiu que quebra de rendimentos que se tinha verificado devia-se sobretudo à má safra de atum, com peso importante nos rendimentos e capturas.



Sobre as medidas já tomadas, após serem confrontados com a quota do goraz a ser reduzida ano apos ano, como o fecho da pesca do goraz 15 dias em dezembro de 2015, mais 45 dias no início de 2016, o tamanho mínimo, tolerância 0 para o tamanho, redistribuição da quota por todas as ilhas, reserva do Banco do Condor, regras para o palangre, D. João de Castro, zonas marinhas protegidas algumas voluntarias e propostas pelo setor, são algumas das medidas que foram tomadas.

O Deputado José Ávila começou por dizer que garantir a sustentabilidade da pesca era uma obrigação de todos. Perguntou se a federação concordava com esta proposta, ressaltando que o reconhecimento deste problema poderia trazer problemas nas redistribuições das quotas em novembro do corrente ano, perguntando também quantas associações não concordaram com esta solução preconizada pela Porto de Abrigo.

Perguntou se era possível quantificar a pesca ilegal, quer a lúdica quer a profissional.

Relativamente ao goraz, afirmou que a posição da Federação era muito clara: a quota poderia ser alargada porque das conversas que tinha com as associações de pescadores foi-lhe transmitido que existia mais goraz, as estatísticas vinham a crescer nas capturas.

O Presidente da Federação começou por dizer que das 11 associações, 10 não concordaram com a proposta da Porto de Abrigo. Sobre a fuga à lota, confirmou que existia uma maior fiscalização na área comercial do que na pesca lúdica e que defendia nova regulamentação da pesca lúdica, porque se esta era uma preocupação de todos nós, tem também de existir essa preocupação da pesca lúdica, acreditando que das 3000 embarcações da pesca lúdica algumas fariam pesca ilegal, sobretudo nas ilhas mais pequenas.

Afirmou que não queriam dizer que existia mais goraz, mais existia maior abundancia do que nos últimos anos.

O Deputado Luís Garcia lembrou a proposta em causa não era a proposta da APEDA e da Porto de Abrigo, mas antes uma outra que propunha que Governo se sentasse com o setor e a Universidade dos Açores e que avaliasse a necessidade de planos de salvaguarda e que acionasse mecanismos para apoio à manutenção de rendimentos dos pescadores, garantindo a sustentabilidade do setor das pescas. Perguntou se a Federação estaria disponível para isso e se defendia a compensação dos pescadores pela quebra de rendimentos derivada do período de defeso. Perguntou ainda se quando tínhamos um problema se o devíamos esconder ou enfrentá-lo e procurar soluções.



O Dirigente Federativo afirmou que a proposta da APEDA e da Porto de Abrigo não merecia o acordo da Federação, mas que estava disponível para trabalhar nesse sentido, mas não concordo com a atitude de traçar um cenário como se não existisse peixe no mar, concretizando que a Federação não achava este cenário catastrófico, reconhecendo a existência de algumas espécies com problemas pontuais, mais nas ilhas de São Miguel e Terceira, mas que entendia que éramos capazes de resolver os nossos problemas internamente, porque se já estávamos a sofrer “imaginem o que pode vir por ai abaixo”.

Confirmou que o rendimento anual da primeira venda estava ligado à safra de atum, quando existia um bom ano existia também uma flutuação de pessoas para o atum.

Relativamente ao período de defeso do goraz, afirmou não ver outra alternativa, defendendo até que se devia ter prolongado por mais 15 dias.

Segundo o Presidente da Federação foi proposto a criação do grupo de trabalho para estudar e propor medidas, como o abate de algumas embarcações, a interdição de algumas artes de pescas em algumas ilhas, criar um mecanismo para compensar o atraso do POSEI Pescas, financiar os custos operacionais das embarcações, isenção da tributação das verbas do POSEI, implementar contratos de trabalho para os pescadores, que resolveria algumas situações e problemas advindo do período defeso, nomeadamente o acesso a benefícios sociais, ativação do Fundopesca por perda de rendimentos, dedicar a pesca a outras espécies com potencialidades, como o gata-lixo e o espada preta, revisão da regulamentação da pesca lúdica, continuar a promover o pescado novos mercados, procurar novos compradores, melhorar escoamento do pescado em todas as ilhas, com melhor transporte aéreo, mais adequado e rápido a chegar aos mercados.

No dia 9 de março de 2016 a Comissão ouviu o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

O Governante começou por afirmar que o tema era verdadeiramente consensual por não existir ninguém que não considerasse importante a sustentabilidade dos nossos recursos, referindo que as vias para o atingir é que eram divergentes, entre partidos e associações.

Reconheceu que este era um momento de dificuldade, com dois anos com falta de peixe migratório, nomeadamente o atum, ciclos que, segundo o Governante, podiam ser de 3 anos, com fraqueza de recursos que reduzia o rendimento.



Referiu que o POSEI Pescas estava dois anos atrasado, pois só tinha sido aprovado no dia 15 dezembro de 2015, e que os pagamentos dos apoios para os armadores e pescadores só poderiam ser desbloqueados a meio do ano.

Abordou também a questão do goraz e da paragem de 15 de janeiro a 29 de fevereiro, para tentar impedir a pesca num período da desova e possibilitar a sua venda em períodos do ano em que essa espécie era mais valorizada.

Segundo o Governante, o ponto 1 do Projeto de Resolução que apontava para a criação de um plano de salvaguarda, afirmou que este trabalho já era feito, porquanto todas as decisões eram tomadas depois de consulta aos parceiros e estudos da Universidade dos Açores, nomeadamente com cruzeiros para monitorizar os demersais e por isso não via necessidade, uma vez que já estava em curso um grupo de trabalho de reforma e reestruturação do setor das pescas, medida inserida no plano Melhor Pesca Mais Rendimento.

Relativamente ao ponto 2, o Governante afirmou que só era permitido por 3 meses até 2020 e não 2 meses todo o ano e que essa medida envolvia muitos riscos para a renegociação de TAC do goraz em novembro próximo, realçando que os pescadores ganhavam com o defeso do goraz nos meses seguintes à paragem, existindo, na sua opinião, outros mecanismos de apoio, como o Fundopesca, valorização de outras pescas como o peixe espada preto ou outras espécies de modo a subir o valor de mercado para garantir o rendimento justo para os pescadores dos Açores.

A Deputada Zuraida Soares começou por afirmar que, independentemente da análise do Secretário, que fazia uma apreciação negativa da proposta, perguntou porque os pescadores estavam nesta situação grave se o Governo estava a fazer tudo, com um grupo de estudo para a sustentabilidade, planos e estudos com a Universidade e associações. Questionou se essas medidas não respondiam às necessidades presentes. Sobre a questão dos melhores rendimentos advindos da pesca do goraz no final do ano perguntou ao Governante como seria até lá, reforçando que a situação penúria era agora, referindo que existia incoerência entre as palavras do Governante e a realidade concreta.

A Deputada referiu que a Porto de Abrigo apresentava medidas concretas para retirar deste sufoco, primeiro criar apoios financeiros para a situação de penúria, em segundo lugar planear uma gestão capaz de repor *stocks* e rendimentos, em terceiro lugar, reduzir custos de produção, seguros etc., e em quarto lugar aproximar os produtores do consumidor final, intenção louvável mas que ainda estava por construir, perguntando se o Governo tinha alguma disponibilidade para algumas destas medidas ou não.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Secretário demonstrou a sua satisfação pela especial maturidade que as associações tinham relativamente à sustentabilidade dos recursos, numa perspetiva do longo prazo. Referiu ainda que a abertura era total para contributos de todos, incluindo os partidos políticos, refutando a ideia que o Governo dos Açores fazia tudo sem ouvir ninguém, que tinha a solução para tudo.

Relembrou que o Projeto Ihe parecia redundante, porque foram tomadas medidas conjunturais para ultrapassar a menor quota de goraz, menos abundância de atum, problemas com algumas espécies de demersais, redução de pesca apesar do aumento do valor, não vendo por isso qualquer incoerência entre as medidas e a realidade.

A Deputada Zuraida Soares perguntou quando se veriam resultados de todas essas medidas que tinha acabado de elencar.

O Secretário informou que depois de passar na Assembleia seria quase de imediato, lembrando que FEAMP só será operacionalizado no segundo semestre. Na reprodução de *stocks* os resultados dos bancos virão em 2 a 3 anos sem pesca e previa, com o crescimento do turismo, a retirada de pessoas da pesca, para a construção e a restauração.

O Deputado José Ávila afirmou que a proposta dos vários partidos era muito semelhante à do Porto de Abrigo, na forma, no conteúdo e até no *timing*, esclarecendo que não vinha mal ao mundo por causa disso.

Referiu que, recordando as palavras do Governante, via-se que o ponto 1 já era uma realidade, pois não existia qualquer decisão sobre as pescas que não se baseasse na Universidade e nos pareceres dos parceiros. Relativamente ao ponto 2 o Deputado lembrou que o Partido Socialista era sempre acusado de “atirar dinheiro para os problemas”, mas que esta fase que a pesca atravessa agora exigia a tomada de medidas estruturais que garantisse a sustentabilidade do sector.

Perguntou se as paragens tinham sido devidamente consensualizadas com o sector e se existiam alguns números sobre o valor da pesca ilegal, quer lúdica, quer profissional.

O Secretário confirmou que não vinha mal ao mundo pelo facto da proposta ser semelhante à da Porto de Abrigo, “mas a realidade é que nós já temos em curso medidas semelhantes, *great minds think alike*”. Segundo o Governante estávamos perante uma proposta igual ao que já se estava a fazer, confirmando que as medidas tomadas têm em conta a Universidade.

Sobre a redução das quotas do goraz em 60%, referiu que houve negociação e foi nessa sede que foi tomada a decisão final que é política.



Relativamente ao ponto 2 da proposta, era se seria necessário dar dinheiro, ou se seria melhor adequar esta frota e reestruturar todo o setor aos recursos existentes e que garantam a sua sustentabilidade.

Referiu que a paragem em junho de 2015 foi consensualizado, mas reconheceu que algumas associações não concordaram. Explicou que a questão do defeso do goraz foi consensual, havendo discórdia apenas sobre a compensação financeira.

O Deputado Luís Garcia explicou que a proposta era semelhante à da APEDA e da Porto de Abrigo, porque eram sensíveis aos problemas das associações e aos alertas da Universidade. Refutou também a crítica feita de que a proposta pretendia “atirar dinheiro para cima dos problemas” referindo que o que pretendem é apoiar os que precisam, uma necessidade premente, de verdadeira emergência social que se vive no setor e além disso considerou que investir na recuperação dos stocks dos recursos não é “atirar dinheiro para os problemas” pois este é o investimento central nas pescas.

Segundo o Deputado até parecia que estava tudo bem no setor, estava tudo a ser feito, tudo brilhantemente, definido e pensado num plano apresentado em abril e que agora surge um grupo de trabalho que vai fazer isto tudo. Perguntou se o Governo já tinha feito a avaliação do impacto real deste período de defeso, quais são medidas e concretas que ia tomar agora para acudir a este momento de dificuldades. Pediu ainda para descrever a recolha dos dados de espécies demersais pela Universidade dos Açores e como essa recolha era comunicada ao Governo e a que outras entidades nacionais e comunitárias, como era o conhecimento dos nossos *stocks* e se os organismos internacionais sabiam do seu estado.

O Secretário afiançou que o facto de ter identificado semelhanças e contributos das associações não era para criticar, mas era uma realidade, tendo percebido que o PSD entendia como uma crítica, injustificadamente, no seu entender.

Afirmou que não concordava com uma negociação comunitária para este problema não deixando de dizer que os contributos de todos eram bem-vindos, confirmando que a criação do grupo de trabalho resultava da vontade dos parceiros na área das pescas, que têm tido um papel mais ativo e interventivo nestas matérias.

Confirmou que a conservação dos recursos era uma questão prioritária, várias medidas tinham de ser tomadas, mas lembrou que a forma de pagar para não pescar com apoios comunitários apenas permite pagar 2 meses por ano e só permite 3 meses até 2020. Pesando o custo/benefício o



Governo não considerou que essa seria a melhor forma de utilizar os recursos e fundos comunitários.

A Universidade recolhe os dados para a União Europeia, a DGRM recebe dados diariamente em tempo real e a Direção Regional das Pescas, paralelamente tem outras iniciativas como o cruzeiro de demersais, onde recolhe dados e introduz diretamente no sistema, pelo DOP, regras na universidade dos açores, banco de condor, laboratório natural e repovoação, ecossistema.

O Deputado Luís Garcia perguntou se através da recolha de dados a União Europeia conhecia a realidade dos nossos *stocks* e porque não se tinha realizado em 2014 e 2015 o cruzeiro de demersais feito anualmente pelo DOP.

O Secretário esclareceu que a União Europeia recebia os dados do DGRM.

Sobre os cruzeiros de demersais, informou que em 2013 e 2014 tinha havido uma avaria que levou o navio para os estaleiros na altura do ano que seria para fazer o cruzeiro, e no ano de 2015 não houve enquadramento orçamental devido a novas regras da Universidade dos Açores que implicava cobrar o dobro do valor, esclarecendo que existe enquadramento orçamental neste ano.

A Deputada Graça Silveira referiu que mais importante do que os dados tínhamos um laboratório como o Condor, os cruzeiros demersais e que esses dados eram tidos como informação a nível internacional.

Sobre a captura do goraz, perguntou como se podia assegurar que as pequenas embarcações que utilizam linha de mão junto à costa na altura da desova, como cumprem o defeso.

Perguntou ainda se era possível negociar a quota do imperador e alfonsim.

O Secretário afirmou que os dados eram insuficientes para atingir um consenso, insuficientes para decisão política. “Princípio da precaução”.

Sobre a dificuldade de fiscalizar as embarcações mais pequenas, não sabia se era mais fácil ou não fiscalizar as embarcações maiores, mas que tinha sido feito esforço na fiscalização.

Sobre a quota do alfonsim e imperador, declarou que estava a ser feito um esforço para aumentar quota, uma vez que cada vez mais cedo se atingia esse limite.



No dia 9 de março de 2016 a Comissão ouviu o Diretor do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, Helder Silva.

O Diretor começou por dizer que as questões do rendimento das pescas ultrapassava o seu âmbito de trabalho, mas relativamente à sustentabilidade queria dizer que as pescas de fundo, a pesca de demersais, apresentavam problemas nos Açores e fora dos Açores. “Temos uma espécie que é central, o goraz, com grande valor económico e que tem merecido do departamento em intervenções e resultados de avaliação deste 1997 e que vem refletir a posição de acautelar o futuro deste recurso devido à sobre-exploração”.

Lembrou que já há vários anos que sugeriam que o nível de capturas de goraz não excedesse as mil toneladas.

Referiu que enquanto Diretor Regional das Pescas teve a oportunidade de propor aos responsáveis das pescas um limite de imposição próprio da Região e que nessa altura esta proposta não tinha sido aceite pelos parceiros.

Segundo o Diretor, observava-se dentro e fora dos Açores que os *stocks* ultrapassavam a fronteira dos nossos mares e que o nosso esforço por si só podia não garantir a sustentabilidade desta espécie.

Afirmou que era preciso estabelecer limites de esforço de pesca para espécies demersias, em relação aos rendimentos tem existido diminuição.

O Deputado Luís Garcia perguntou se o Departamento que dirigia sentia que os seus alertas não eram atendidos politicamente. Perguntou também se o período de defeso que vigorou teve o envolvimento do Departamento de Oceanografia e Pescas e se a recolha de dados dos nossos recursos, tem sido feita. Questionou ainda porque razão não se realizou o cruzeiro de demersais em 2014 4 2105.

Relativamente à sobre-exploração, considerou que a Região tinha procurado responder às situações, concertado com os próprios parceiros.

Lembrou que enquanto teve responsabilidade nesta área foram dadas respostas às dificuldades do sector: lei das 6 milhas, que estabelece limites consoante as dimensões das embarcações, áreas protegidas e banco do Condor, limites de tamanhos mínimos em estreita ligação com o Departamento de Oceanografia e Pescas.



Segundo o Diretor, o que faltava fazer ou importava fazer era diminuir o número de capturas e esforço em vigor, reconhecendo que os TAC impostos pela União Europeia tem favorecido a redução de esforço de pesca de demersais nos Açores, salientado o Departamento de Oceanografia e Pescas tem sido ouvido sobre esta matéria e nunca deixou de transmitir a sua opinião, também sobre esta medida de defeso.

Afirmou que recolhiam as informações que lhes permitiam avaliar o estado dos recursos por duas vias: a primeira, indo diretamente à lota, ao preço, taxas de reprodução, em conformidade com o programa europeu com apoio da regional e programa nacional de recolha de dados e pela via dos cruzeiros de demersais, que tem um histórico de cerca de 20 anos, mas que não se realizou nos últimos dois anos por falta de disponibilidade financeira do Governo Regional, e que retiram informações e monitorização do Banco de Condor.

A Deputada Zuraida Soares, sobre o cruzeiro de demersais com histórico com mais de 20 anos, perguntou se a ausência desse trabalho nos dois últimos dois anos, se teria impacto na monitorização dos *stocks* e na informação para uma melhor gestão dos recursos.

O Diretor reconheceu ser difícil responder, mas que devia ter um impacto razoável para dar resposta a cada momento, porque quando mais estimativas fizermos melhor podemos subtrair a variação de erro e porque quando fazemos um cruzeiro obtemos uma estimativa de diversas espécies.

O Deputado José Ávila perguntou se as últimas decisões sobre a área das pescas tinham merecido o contributo do Departamento de Oceanografia e Pescas.

O Diretor reconheceu que era um fato que não tiveram a capacidade de desenvolver os cruzeiros, mas era um fato que tinha existido apoios para o desenvolvimento da sua atividade, gestão do navio Arquipélago, programa recolha de dados, projeto Condor, incentivar a aquacultura com o envolvimento do Departamento de Oceanografia e Pescas. “Temos tido apoio no desenvolvimento da nossa atividade científica e oferecemos a nossa melhor resposta ao que nos é solicitado”, concluiu.

A Deputada Graça Silva perguntou se o Departamento de Oceanografia e Pescas tinha recomendado limitar a 1000 toneladas de goraz isso significava que os dados não estavam muito corretos.

Perguntou se nos organismos internacionais existiam dados suficientes ou não ou se não chegavam lá ou porque não eram comparados.



O Diretor afirmou que as 1000 toneladas referiam-se de 1996 a 2000, confirmando que as indicações dos dados que tinham estavam corretas e na altura era correto esse limite.

Referiu que têm feito um esforço grande de monitorização de espécies demersais, mas depois tinham o problema da maior parte das avaliações feitas pelos organismos era feita como arte não seletiva, como o arrasto, que a lei que proíbe nos Açores

O Diretor acrescentou que não sabia que esforço tinha sido feito nos últimos anos, mas reportando a anos anteriores sabia perfeitamente, e que a implementação de medidas eram políticas e a informação era científica, confirmando que a decisão passava por um acordo amplo, afirmando que o Governo não existia apenas para impor a realidade científica, que tem *nuances* políticas e responsabilidades de outra ordem.

Assim, a Comissão Permanente de Economia entendeu, por maioria, aprovar o Projeto de Resolução em análise, com os votos a favor do PSD, CDS-PP e BE e abstenção, com reserva de posição para plenário, do PS.

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César